



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

EIXO: SERVIÇO SOCIAL, FUNDAMENTOS, FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL
SUB-EIXO: ÊNFASE EM FUNDAMENTOS

A QUESTÃO SOCIAL: EXPRESSÃO UNA E DIVERSA DA SOCIEDADE BURGUESA

RICARDO SOUZA ARAUJO¹
MARCOS PEREIRA DILIGENTI²

Resumo: Este artigo busca analisar as determinantes universais e particulares da Questão Social na sociedade capitalista contemporânea. Universais devido à mundialização financeira, que impõe a austeridade neoliberal aos trabalhadores em todo o mundo. Particulares pois nas diferentes realidades nacionais contemplam especificidades que mediam as expressões de desigualdade e resistência, a saber: classe, gênero, etnia. Este trabalho adota o método Materialista-Dialético e por meio de pesquisa bibliográfica qualitativa e análise de conteúdo busca contribuir para compreensão do momento de crise estrutural do capital bem como sua repercussão na realidade social.

Palavras-Chave: Questão Social, Financeirização, Dependência.

Abstract: This article seeks to analyze the universal and particular determinants of Social Issues in contemporary capitalist society. Universal because of financial globalization, which imposes neoliberal austerity on workers around the world. Individuals because, in the different national realities, they contemplate specifics that mediate the expressions of inequality and resistance, namely: class, gender, ethnicity. This work adopts the Materialist-Dialectic method and through qualitative bibliographical research and content analysis seeks to contribute to understanding of the moment of structural crisis of capital as well as its repercussion on social reality.

Keywords: Social Issue, Financialization. Dependency.

Introdução

Na atual crise do capital, que completa quase uma década, a economia burguesa não encontra saída que não seja a de impor a perda de direitos e atribuir suas consequências à classe trabalhadora. Na perspectiva neoliberal de reestruturação do Estado e das relações de produção e de trabalho, com intuito de ampliar a exploração, aprofunda-se a “banalização” e a “descartabilidade” da condição humana da vida dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2012). Agravam-se, dessa forma, as múltiplas expressões da Questão Social, em especial nas economias dependentes, que alimentam a cadeia capitalista mundializada. Este processo consiste na transferência de valor às economias centrais por meio da exportação de commodities, da superexploração da força de trabalho e da remuneração de juros das suas respectivas dívidas públicas.

¹ Estudante de Pós-Graduação, PUCRS, E-mail: ricardo.toxza@gmail.com.

² Professor com formação em outras áreas, PUCRS, E-mail: ricardo.toxza@gmail.com.

Cabe aqui, retomar a origem do termo “Questão Social”, estranho ao léxico marxiano, que remonta ao século XIX, auge da primeira Revolução Industrial. Propagava-se então o chamado “pauperismo”, fruto do progresso das forças produtivas do modo de produção capitalista. Desde este momento, o conceito e as formas de intervenção para “sanar” este novo “problema” chamado Questão Social foi tema de polêmicas teórico-políticas (NETTO 2010). Conforme relata o Autor, os conservadores, no geral, responsabilizam o indivíduo por suas mazelas e propõem usualmente ações filantrópicas e moralizantes, para “integrar” os sujeitos “excluídos” do tecido social, sem questionar a estrutura socioeconômica. Por outro lado, o campo socialista identifica a gênese da Questão Social no processo de acumulação capitalista.

Desta forma fica claro que para que haja acumulação de riqueza é necessária a exploração da força de trabalho. Infere-se que a gênese da Questão Social está na contradição inexorável entre socialização da produção e apropriação privada e concentrada da riqueza socialmente produzida, portanto é insolúvel nos marcos capitalista. Iamamoto (2001) classicamente conceitua como: “conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista”. Tais disparidades se apresentam de natureza, econômica, social, política, cultural, regional. A Autora além de desocultar a centralidade do trabalho na produção do valor, agrega outras mediações transversais como gênero, raça, etnia e ressalta o papel do Estado, que se coloca a responder às pressões da classe operária no cenário político (CLOSS, 2015). Desta forma, a Questão Social é reconhecida como indissociável da intervenção estatal, fato este que a torna objeto de política governamental, no contexto da luta de classes. Porém, é flagrante que só serão superadas as determinantes da Questão Social se forem superadas as contradições fundamentais do modo de produção capitalista, em especial a contradição entre a socialização do trabalho e a apropriação privada do lucro, fato este que só será possível com uma ruptura radical do modo de produção capitalista.

Neste sentido, a Questão Social é Una e Diversa. Una no sentido de que a financeirização mundializada do capital impõe-se de forma global, bem como as expressões de resistência dos explorados. E simultaneamente Diversa pelas múltiplas refrações apresentadas na realidade social contingente: são os ilustrativos exemplos de milhões de desempregados ou subempregados em todo o Brasil. São as mulheres vítimas de violência doméstica, é o morticínio da juventude negra nas periferias, são os recursos contingenciados da Educação, entre outros tantos retrocessos. Importa saber que estes fatores, ainda que se apresentem de forma específica, indo além da aparência do fenômeno, são passíveis de identificação na essência do processo, que se engendra em uma totalidade do real (LUCÉ, 2018).

Portanto, verifica-se como equivocado afirmar que há “múltiplas questões sociais”, ou ainda, uma “nova questão social”. Sem a mediação da totalidade corremos o “risco de desconectar as múltiplas expressões da mesma de sua gênese comum e coletiva, situada na organização da sociedade capitalista, fragmentando-a em diversas questões sociais que retomam a ótica de problemas sociais e a responsabilização individual dos sujeitos” (CLOSS, 2015, p. 131). Também, a nosso ver, não procede, nessa perspectiva, discutir que haja uma “nova questão social”, como se a contradição capital-trabalho e suas expressões de desigualdades e resistências já estivessem superadas. Na realidade, ocorre uma reestruturação produtiva do modo de produção capitalista a nível mundial, com profundas consequências políticas, econômicas, sociais e culturais, que reatualizam novas e diversas manifestações da Questão Social, sem que se constitua uma “nova questão social”. Nesta perspectiva, compreendendo este complexo de complexos, cabe discutir as determinações gerais específicas do Capital, suas contradições e crises.

Financeirização do Capital: Expressão Una

A dinâmica da Financeirização do Capital maturou-se com a crise do petróleo no final da década de 1970, decididamente o modelo keynesiano-fordista deu lugar ao neoliberalismo. Enquanto nas economias centrais (Europa, principalmente) não foi mais possível “abafar” as contradições do capitalismo nem manter concessões à classe trabalhadora. O Capital, neste momento, rearticulou-se para retomar suas taxas de lucro, a custo da parte do produto social e do fundo público conquistado pelo trabalhador das economias dependentes, em muitos casos com o uso da força.

Iniciou-se então a era da Acumulação Flexível (HARVEY, 1992) que estabelece novos padrões de produção, de acumulação, de consumo e de relações de trabalho. Com completa fusão do capital produtivo e bancário, convertendo-se em capital financeiro, (também conhecido como portador de juros ou fictício). Esta hegemonia do capital portador de juros não dispensa a necessidade do trabalho produtivo, mas de forma articulada impõe novas dinâmicas à produção: flexibilizando (via de regra, precarizando) as relações e condições de trabalho, com o objetivo de transpor para a produção real a exigência, de que cada setor obtenha a rentabilidade média aplicada pelos acionistas.

Chesnais (2005) explica que no processo da financeirização agregam-se novos atores aliados ao mercado financeiro, em especial, os fundos de pensão. Por isso a pressão pela desregulamentação e precarização das seguridades sociais, instituindo-se como uma

alternativa rentável aos investidores, assim como os serviços de dívida pública (CHESNAIS, 2005). Esse processo ocorre principalmente com a compra de títulos da dívida de países dependentes, que para saldar os juros, contraem novos empréstimos, e reproduz-se a especulação rentista. No processo de financeirização e mundialização da economia, passa a ocorrer a hegemonia do capital financeiro, em que se fundem o capital especulativo ao capital produtivo (LÊNIN, 2005). Nesta ótica é falsa a dicotomia proposta pelos keynesianos, que contrapõe o capital produtivo ao especulativo, colocando o primeiro como mais “humano”, por fornecer postos de trabalho e desenvolvimento socioeconômico. lamamoto (2008, p. 5-6) argumenta:

Não se reduz à mera preferência do capital por aplicações financeiras especulativas em detrimento de aplicações produtivas. [...] O fetichismo dos mercados apresenta as finanças como potências autônomas ante às sociedades nacionais e esconde o funcionamento e a dominação operada pelo capital transnacional e investidores financeiros, que contam com o efetivo respaldo dos Estados nacionais e das grandes potências internacionais, esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito. Nessa esfera, o capital aparece como se fosse capaz de criar “ovos de ouro”, [...]. O fetichismo das finanças só é operante se existe produção de riquezas, ainda que as finanças minem seus alicerces ao absorverem parte substancial do valor produzido.

A partir da teoria do Valor, de Marx (2013), destaca-se que apenas é possível gerar riqueza por meio do trabalho. Esta hegemonia do capital portador de juros não dispensa a necessidade do trabalho produtivo, por isso apresenta-se como a “forma mais alienada e fetichista do capital por fazer desaparecer – para os que não têm clara a base social que o dá vida – as mediações dos processos de produção e circulação” (SILVA, 2011 p. 88). Assim, parcelas da mais-valia produzida circulam entre produção e especulação. O capital, na sua fase financeira e fetichizada se apoia em recursos públicos para garantir a acumulação em condições historicamente garantidas pelo Estado. Como sintetiza lamamoto (2012):

os dois braços em que se apoiam as finanças – as dívidas públicas e o mercado acionário das empresas – só sobrevivem com decisão política dos Estados e o suporte das políticas fiscais e monetárias. Eles encontram-se na raiz de uma dupla via de redução do padrão de vida do conjunto dos trabalhadores, com o efetivo impulso dos Estados nacionais: por um lado a privatização do Estado, o desmonte das políticas públicas e a

mercantilização dos serviços, a chamada flexibilização da legislação protetora do trabalho; por outro lado a imposição da redução dos custos empresariais para salvaguardar as taxas de lucratividade, e com elas a reestruturação produtiva, centrada menos no avanço tecnológico e fundamentalmente na redução dos custos do chamado “fator trabalho” com elevação das taxas de exploração. (IAMAMOTO, 2012, p. 122).

O Estado apesar de ser produto da contradição entre as classes (Lênin,1917), prevalece na atual conjuntura como o representante do interesse da classe dominante, ao lançar mão do Fundo Público, para remunerar estes capitais através de títulos da dívida pública e demais ativos financeiros. Soma-se a este processo a restrição nas legislações trabalhistas e das políticas sociais conquistadas pela luta dos trabalhadores, para reduzir o custo da produção e garantir a reprodução ampliada e a superexploração do trabalho.

Questão Social: expressão Diversa no Brasil Dependente

À medida que as relações capitalistas de produção se universalizam, simultaneamente, se particularizam, em cada formação sócio histórica. No caso latino americano e brasileiro, uma vez emancipado do caráter formal das colônias, verificou-se o prosseguimento da subsunção real destas economias às potências centrais e à dinâmica internacional do Capital (Marini, 2000).

Na década de 1960, verifica-se a construção de um inédito aporte teórico: a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Construída por autores brasileiros e latino-americanos, esta teoria rompe com os pressupostos desenvolvimentistas, etapistas e “dogmáticos” da época, ao propor propõe uma ferramenta de análise dialética sobre o desenvolvimento desigual e combinado entre as economias capitalistas.

Para os autores da TMD, o problema das economias dependentes não se trata de “falta de capitalismo”, pois o subdesenvolvimento e a dependência são funcionais à própria dinâmica central do capital. Ainda segundo Marini (2000) nas economias exportadora latino-americanas, verifica-se a cisão entre a produção e a circulação de mercadorias no ciclo do capital. Assim, as matérias-primas produzidas pelas economias dependentes para o mercado externo têm a etapa da circulação realizada no mercado externo. A consequência deste fato é a capacidade

de consumo interno do trabalhador não será um fator determinante para a acumulação de capital, portanto não há interesse em elevar padrões salariais, nem de garantir serviços públicos estatais de qualidade.

Neste sentido, para contrarrestar o caráter desigual na concorrência do mercado externo, a acumulação capitalista dependente deve ser fundada na superexploração da força de trabalho, definida por Marini (2000) como: “a violação do valor da força de trabalho, não se apropria apenas do trabalho excedente, mas de parte do fundo de consumo e de vida do trabalhador. Compromete-se, dessa forma, a corporeidade físico-psíquica do trabalhador sem a garantia do valor histórico-moral da reprodução da força de trabalho” (LUCE, 2018).

Este fenômeno, se expressa na formação sócio-histórica brasileira sob várias dimensões. Santos (2012) aponta as principais peculiaridades da Questão Social no Brasil: a superexploração do trabalho e apassivamento (via repressão ou cooptação) das lutas sociais. Deve-se levar em conta que a formação sócio-histórica do capitalismo no Brasil se constituiu em um processo de transição lento e gradual como descreve Iamamoto (2008):

a transição do capitalismo competitivo ao monopolista no Brasil não foi presidida por uma burguesia com forte orientação democrática e nacionalista voltada à construção de um desenvolvimento capitalista interno autônomo.[...] Foi decisivo o papel do Estado nos caminhos trilhados pela modernização “pelo alto”, em que as classes dominantes se antecipam às pressões populares, realizando mudanças para preservar a ordem. Evita-se qualquer ruptura radical com o passado, conservando traços essenciais das relações sociais e a dependência ampliada do capital internacional. (IAMAMOTO, 2008, p. 120).

Importa contextualizar historicamente que no Brasil, com a abolição da escravatura e a proclamação da República consumou-se a primeira fase da “lenta e gradual” Revolução Burguesa³. Com a Crise de 1929, ocorreu o Golpe de 1930 no qual uma fração da oligarquia, encabeçada por Getúlio Vargas, conduziu a segunda fase da Revolução Burguesa, novamente “pelo alto”. Pode-se afirmar que neste momento que se uniu à nova e velha oligarquia, com segmentos rurais e industriais.

A legislação trabalhista, positivada no Estado Novo foi resposta dada às pressões populares. Embora a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tenha definido os direitos trabalhadores urbanos, no Brasil sempre houve uma tendência de redução do valor da força de trabalho. Observa-se que este fenômeno antecede o período da chamada “acumulação flexível” produto da crise do final do século XX (SANTOS 2012). Pode-se observar que a inserção dependente da economia brasileira na divisão internacional do trabalho e o peso do

³ O léxico gramsciano classifica este fenômeno como “Revolução Passiva”: em que a classe dominante se antecipa às movimentações reais ou potenciais das classes subalternas. (SANTOS, 2012).

latifúndio agroexportador⁴ só tornou possível uma industrialização nacional a partir da segunda metade do século XX, com a decisiva participação do capital estrangeiro, fato este que só reforça os laços de dependência em relação aos países centrais.

É pertinente colocar o ciclo da Revolução Burguesa no Brasil foi fechado por uma “contrarrevolução preventiva”, em 1964 (FERNANDES, 2004). O golpe empresarial-militar firmou a sua aliança com o capital estrangeiro, reprimiu os movimentos populares e restabeleceu o desenvolvimento burguês com bases autoritárias. Nesse período, o principal mecanismo para ampliar a exploração do trabalho no país, além da brutal repressão aos movimentos sociais, foi a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS⁵) para favorecer o aumento da rotatividade dos trabalhadores, com baixos patamares salariais, fazendo incidir estes fatores na redução de custo da força de trabalho (SANTOS, 2012).

No final dos anos 1970 houve um novo ascenso de lutas da classe trabalhadora que levou à redemocratização formal e a conquista mesmo que tardia de direitos sociais, expressos na Constituição de 1988.

A conquista tardia de um já limitado Estado Social foi seguida de governos neoliberais que implementaram com intensidade a Contrarreforma do Estado e uma série de privatizações, a fim de tornar nulas as conquistas constitucionais e garantir o “superávit fiscal”, que se converteu em Política de Estado.

Já no século XXI, os governos de conciliação de classes, ampliaram os programas sociais de transferência de renda focalizada e acesso ao consumo. No entanto, mantiveram a política macroeconômica, com destaque para o superávit primário, altas, taxas de juros e desmonte de políticas sociais universais.

Com a recessão econômica, após 13 anos de neodesenvolvimentismo, e a necessidade da classe dominante aprofundar o ajuste fiscal (já em curso), deu-se golpe parlamentar (2016), que rompeu explicitamente com a coalizão de classes e retomou o perfil neoliberal ortodoxo, tendência que se aprofunda com a última eleição presidencial. Nessa perspectiva impõe-se uma série de contrarreformas, que restringem de forma significativa os poucos direitos sociais trabalhistas e previdenciários conquistados pela classe trabalhadora.

⁴ Santos (2012) evidencia caráter dependente e atrasado, assim como o poder político dos latifundiários na ausência de garantia de direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais até o período da redemocratização, meio século depois, sendo que a população em sua maioria já era urbana.

⁵ O FGTS surge em substituição à estabilidade prevista aos trabalhadores celetistas com mais de 10 anos de empresa, Santos (2012).

Nesse contexto de aprofundamento da mundialização do capital, o endividamento público torna-se mais um instrumento de dependência das economias latino-americanas à burguesia rentista.

Dada a preponderância do mercado externo sobre o interno, os direitos sociais são atualmente considerados como “custos” e necessitam, portanto, ser duramente precarizados, e a classe trabalhadora por sua vez resiste por meio de greves e manifestações. Este é o marco central das expressões de resistência e de luta de classes na realidade brasileira que tende a se acirrar, em especial no tema da Previdência Social.

Considerações Finais

Observado o contexto de crise estrutural a nível mundial, identificamos mecanismos cada vez mais sofisticados do grande Capital para sanar sua demanda de lucro, transformando os direitos sociais em uma mercadoria.

No caso brasileiro, economia dependente, observa-se maiores indícios da barbárie do Capital. Diante de uma crise econômica, política e social, testemunhamos a falência da Nova República e um período de interregno.

Não convêm à liberalização econômica a manutenção de uma vida social democrática, nem direitos sociais, por isso o debate econômico e as decisões políticas dele decorrentes são apresentados ao público em geral de forma tecnicista, na tentativa de ocultar os interesses de classe. A narrativa oficial de combate a privilégios e de correção de déficit fiscal serve para ocultar os verdadeiros privilegiados por uma política econômica completamente equivocada e antiproducente para a imensa maioria da população, que vive da venda da força de trabalho.

A compreensão mais ampla das expressões da Questão Social é fundamental para apreender a dinâmica contemporânea do Capital, bem como ela se materializa nas economias dependentes, como a brasileira. Tais estudos, para além da compreensão da realidade social, devem ser instrumentos em uma perspectiva de transformação societária e de enfrentamento à austeridade fiscal e austericídio social, colocando-se a serviço da emancipação humana frente à irracionalidade do Capital.

REFERÊNCIAS

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área.** 2015. 253 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

CHESNAIS, F O Capital portador de juros: acumulação, internacionalização efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e política, configuração e consequências.** São Paulo: Boitempo, 2005.

IAMAMOTO, Marilda vilela. A questão social no capitalismo in: **Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** 2 Ed. Ano 2, n. 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004, p. 9-32.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FERNANDES, Florestan; IANNI, Otávio (Org.). **FLORESTAN, Fernandes: sociologia crítica e militante.** São Paulo: Expressão popular, 2004.

HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

LENIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

LUCE, Mathias. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.** Karl Marx, Friedrich Engels ; tradução: Rubens Enderle, Nélis Schneider, Luciano Cavini Martorano. – São Paulo : Boitempo, 2007..

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 2, n. 3, 2001.

_____. A questão social na América Latina. **Temporalis**, Brasília (DF), n.18, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social:** particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012.